

Insegurança na prática médico-pericial e do trabalho

Insecurity in the medical and labour experts' examination practice

Paulo Gonzaga*

O inusitado título, para quem sempre escreveu artigos sobre Segurança do Trabalho, não é erro nem mero engano, mas algo devidamente pensado. Estamos vivenciando uma época nesse Brasil do terceiro milênio de alta insegurança social e ocupacional.

Há poucos meses, tivemos uma colega perita médica do INSS assassinada em Minas Gerais, mais precisamente em Governador Valadares. Laboriosa profissional, a Dra. Cristina Felipe da Silva tombou diante de tiros fatais, a mando de atravessadores que fraudavam a Previdência Social e que vinham sendo por ela denunciados, sem o devido respaldo das autoridades constituídas.

Tal ato criminoso foi o clímax de uma sucessão de agressões aos peritos-médicos do INSS, uma espécie de morte anunciada, que, sabia-se, seria uma questão de tempo, mas as instituições negligenciaram. Tais negligências não se restringem às questões de segurança profissional dos peritos-médicos, mas se observam no país, como um todo, negligências de toda sorte com a coisa pública, em um *niilismo* assustador; uma inação, em todas as esferas de poder constituídas, não só guiado pelo desejo de não fazer, mas principalmente como corolário de não se terem projetos definidos de curto, nem de médio e muito menos de longo prazo.

Isto acontece não só em aspectos de segurança em geral da população e dos méritos médicos em particular, mas em diversos outros aspectos fundamentais para uma sociedade que agregou mais de 100 milhões de pessoas em sua população nos últimos 40 anos.

Uma população que era então predominantemen-

te rural se urbanizou, veio para as grandes cidades e não encontra oportunidades de empregos decentes nesses grandes centros já lotados de pessoas marginalizadas. Quando tais populações encontram alguns postos de trabalho, estes exigem escolaridade média que essas populações rurais não possuem, sem falar na ausência quase completa de noções de informática exigidas para qualquer emprego mais ou menos qualificado.

A grande massa de analfabetos diminuiu com os programas tipo "Mobral", chegando-se a se ter "apenas" 13%, aproximadamente, de analfabetos no país, mas a transformação cibernética ocorrida no planeta nos últimos anos devolveu a uma situação indesejável, a qual atualmente tem cerca de 80% de pessoas com o denominado analfabetismo tecnológico, que desconhecem princípios básicos de informática e que exigirão esforços para tal aculturação. Tardamente se começa a distribuir computadores, mas faltam professores, infraestrutura, proteínas cerebrais para absorver esses novos conhecimentos...

Tais populações desesperadas acorrem à Previdência Social em busca de numerários que sabem são distribuídos. Alguns são doentes, outros apenas desempregados em busca de uma tábua de salvação, mas a legislação exige que além de doentes sejam incapacitados para o trabalho, incapacitados para realizar suas atividades habituais. Elas buscam tal lenitivo para aplacar a fome e as dificuldades de uma vida sem dinheiro, sem emprego e sem dignidade e quando não encontram o que esperam reagem com violência diante de quem está à sua frente.

* Médico do Trabalho

Endereço para correspondência: Rua Múcio Teixeira, 1751/301
Menino Jesus - CEP 90150-090 – Porto Alegre - RS

Quando não atendidos em suas pretensões, agridem aos servidores públicos, pois estes são os únicos representantes do poder constituído aos quais têm acesso direto. Entre estes encontramos os peritos-médicos do INSS e, vez por outra, servidores administrativos que descarregam seus impropérios e agressões físicas, fruto do desespero em que se encontram.

Mesmo sem saber se a negativa de seus benefícios é fruto de decisões técnicas ou se são fruto do estrito cumprimento de leis e atos normativos que os servidores públicos são obrigados a cumprir ou se fruto de restrições administrativas legais, mas não médicas, passam a agredir indiscriminadamente administrativos e médicos do INSS, numa manifestação de desespero e destempero social de quem já não sabe mais a quem recorrer para obter numerários que lhe garantam a subsistência.

Mais fácil seria aos peritos-médicos conceder tudo a todos e não se expor a tais agressões, mas se existe uma profissão que ainda procura manter alto grau de decência é a categoria dos peritos-médicos da Previdência Social e muitos outros servidores públicos que procuram distribuir valores em atendimento a determinações legais e técnicas estabelecidas. No entanto, o fazem sem abrir mão de suas prerrogativas médicas, legais e éticas, desde que devidamente consubstanciados e justificados, como bem devem proceder todos os entes públicos dotados de atividades de emissão de pareceres capazes de influenciar a vida das pessoas, especialmente quando têm que negar direitos em obediência à lei que regula a tramitação dos processos administrativos, lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Mas o assassinato dessa nossa colega de profissão foi apenas mais um, pois o país assiste a uma sucessão de assassinatos, da ordem de 60 mil ao ano, com menos de 5% deles elucidados pela polícia. São assassinatos ligados a disputas de pontos de drogas, políticos, passionais e de toda ordem, não escapando prefeitos, deputados, magistrados a indicar uma verdadeira guerra civil disfarçada.

Esse assassinato especificamente foi mais grave ainda, porque não foi uma iniciativa de um segurado desesperado, mas fruto de uma quadrilha que estava tendo seus objetivos truncados por ações responsáveis de uma equipe que a inditosa doutora era apenas uma das peças que procuravam deter seus avanços ilegítimos, o que está a indicar que o crime organizado avança solertemente e nossas autoridades a tudo assistem sem efetivamente tomar providências saneadoras.

O país está cheio dessas quadrilhas que falsificam atestados médicos, que orientam segurados

a se portarem de determinada forma no INSS e de outra forma nos DETRANs para obterem a renovação de suas respectivas CNHs-Carteiras Nacional de Habilitação.

Entre as doenças mais visadas por essas quadrilhas, estão aquelas que carecem de substrato anátomo-funcional demonstrável, como são as doenças psiquiátricas, que se avolumam de modo inadmissível, explodindo os números de concessões de benefícios sem que o país tenha tido qualquer epidemia de natureza física ou mental demonstrável.

Pois essa mesma categoria de peritos-médicos, agora objeto dessas agressões sistemáticas, há pouco tempo fez uma mobilização reivindicando o término dos credenciamentos médicos para que houvesse o reconhecimento da sociedade de que a distribuição de numerário público deveria ser objeto de decisões de uma carreira de estado, com vinculação direta a uma entidade pública. E que não deveria ser distribuída por meros profissionais credenciados sem vinculação com uma autarquia federal e sem efetivo compromisso com a sociedade, sem a devida preparação em conhecimentos legais.

A luta de convencimento da sociedade foi árdua, mas vencedora, eliminando-se os credenciamentos e realizando-se concursos públicos para peritos-médicos.

No entanto, no período em que tal sistemática não acontecia, houve uma verdadeira explosão de concessões de benefícios tipo auxílio-doença que corroeu mais ainda os cofres da Previdência Social, matéria pública esmiuçada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Nos ambulatórios médicos das empresas não é muito diferente. Lá também existem pressões semelhantes, mas a existência do vínculo empregatício e o receio do encerramento do contrato de trabalho por justa causa freiam bastante as agressividades potenciais contra os médicos do trabalho.

Desta forma, os médicos em geral são vistos como anteparos e algozes obstaculizadores de obtenção de "direitos" nem sempre legítimos. Claro que, como seres humanos, médicos também erram, mas numa sociedade civilizada se deveria dispor de meios mais adequados de contornar eventuais injustiças e erros do que as práticas de linchamento que vêm se observando. O que falta é uma verdadeira vontade política de proteger o servidor público zeloso, deixado à mercê do crime organizado.

No entanto, a grande massa humilde, espelhando-se nos maus exemplos vindos de diversas autoridades constituídas, acha-se no direito de impor a barbárie e de realizar linchamentos morais e físicos por conta própria.

A campanha do desarmamento que fez sumir pelo ralo mais de 700 milhões de reais apenas para uma consulta pública superou em muito verbas destinadas para a segurança pública do país.

A resposta da população foi de modo a dar um recado a todos de que nada valeria a pena se apenas as pessoas de bem ficassem desarmadas, enquanto a marginalia continuasse a se armar, via aquisição de armas moderníssimas que atravessam fronteiras com uma facilidade inimaginável, mediante troca por numerários obtidos via venda de drogas, seqüestros relâmpagos e outros crimes de natureza diversa que inclui escavação de túneis e assaltos a grandes bancos.

A insegurança do trabalho médico é apenas mais um dos capítulos da insegurança geral que sofre a

população brasileira deste terceiro milênio e que muito caro custará a toda a sociedade, pelos riscos potenciais e até previsíveis do afrouxamento de critérios técnicos, aumento de liberação de numerários indevidos e igualmente de aumento de despesas em enxurradas de exames complementares próprios de uma Medicina cada vez mais defensiva, em nome da autopreservação inconsciente e necessária.

Alguém precisa fazer alguma coisa, mas temo que nossas autoridades não saibam por onde começar, uma vez que o tecido social se esgança rapidamente em todos os sentidos e, provavelmente, as demandas sociais sempre superarão os recursos existentes para qualquer iniciativa, mesmo que se tenha um projeto a executar, o que já é outro capítulo.